

CONS TRUINDO

A IX CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO
DO SIND-UTE/MG



TEXTO-BASE
PARA
CONFERÊNCIAS
REGIONAIS

Julho | 2025

IX CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO
DO SIND-UTE/MG


SOMOS TODOS NÓS

SUMÁRIO

Apresentação	3
Eixo I - Políticas Educacionais no Brasil e Minas Gerais (2017 – 2025) e a Implementação do Projeto de Escola-Empresa na Rede Estadual	6
Eixo II - Financiamento da Educação Pública - FUNDEB em Disputa	9
Eixo III - Valorização, Formação e Condições de Trabalho	12
Eixo IV - Organização Curricular: Pluralidade, Inclusão e o Papel dos Sujeitos	14
Eixo V - Escola como Espaço de Direitos Humanos, Igualdade e Respeito à Diversidade	17



POR UMA
EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

Apresentação

“Não é possível refazer este país, democratizá-los, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

A história do Sind-UTE/MG nesses 46 anos, se confunde com a história da defesa da democracia no Brasil e da escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Durante sua trajetória, o Sind-UTE/MG atuou na vanguarda da defesa intransigente de uma sociedade democrática, portanto, justa, humanitária e igualitária, em que a educação é concebida como um direito social e universal e seus trabalhadores e trabalhadoras são reconhecidos(as) como sujeitos coletivos da transformação social, e, portanto, cabendo ao Estado sua valorização com plano de carreira, remuneração digna e formação profissional adequada. Nos momentos mais decisivos da educação nacional, como na elaboração do projeto de Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, em que o projeto da sociedade foi rejeitado em detrimento do projeto do Executivo Federal, reafirmamos nossos princípios históricos e de luta. Defendemos a formação do ser humano em sua integralidade, em todas as suas dimensões. Buscamos a formação de sujeitos históricos e de cidadãos(ãs) em sua plenitude, que coletivamente, possam determinar a sociedade na qual convivem. O Sind-UTE/MG participou de todos os debates educacionais coletivamente com os movimentos

sociais, na elaboração dos Planos Nacionais de Educação, da lei do Sistema de Ensino e nas Conferências Nacionais de Educação durante os governos democráticos e populares. Também se posicionou quando do golpe promovido contra o Fórum Nacional de Educação e a participação popular na gestão democrática, se caracterizando como referência na resistência ao modelo neoliberal que objetiva fazer da educação um serviço pautado pelo mercado.

Ao longo do tempo, essa construção de resistência propositiva foi sistematizada por meio das conferências de educação realizadas pelo Sind-UTE/MG, a partir de 1994, conforme prevê o estatuto da entidade em seu artigo 17, parágrafo único, tendo sua última conferência realizada em 2017. Em virtude da pandemia ter se prolongado pela negligência do governo federal em realizar a vacinação da população, a realização da 9ª Conferência foi adiada, pois entendemos que o momento histórico demanda uma profunda análise das políticas educacionais nacionais, do estado de Minas Gerais e seus municípios, e isso exige ampla participação de trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Vivemos uma conjuntura marcada pelo aprofundamento do neoliberalismo e do

Apresentação

conservadorismo que nega o conhecimento científico, impõe restrição a direitos e conquistas democráticas e representa enormes obstáculos à garantia da educação enquanto direito social universal que promove a emancipação e o desenvolvimento da sociedade. Em Minas Gerais, os efeitos desse projeto político deixam suas marcas, rompendo com a trajetória de construção da educação pública com ampla participação das(os) trabalhadoras(es) da educação, pesquisadoras(es) e movimentos sociais.

A eleição do governador Romeu Zema (NOVO) aprofunda o processo de mercantilização da escola pública, da gestão com princípios neoliberais de meritocracia, padronização do currículo, instrumentos de controle, vigilância e punição do trabalho pedagógico e docente, para obtenção de resultados educacionais que não representam a efetiva aprendizagem tampouco, a almejada formação humana que visa transformar a sociedade.

Por outro lado, essa mesma conjuntura nos apresenta uma possibilidade concreta de retomada do Estado Democrático de Direito e da educação pública, cabendo a nós, trabalhadoras(es) da educação, cumprir com nosso compromisso histórico de sermos agentes mobilizadores(as) dessa transformação.

O Tema Geral da 9ª Conferência Estadual do Sind-UTE/MG - "Por Uma Educação Humanizadora" – representa o contrapon-

to ao modelo mercantilista e privatista de educação que vê nela um serviço e, seus sujeitos, peças de uma engrenagem para atender o lucro, as metas e resultados, materializados nos índices educacionais, sem considerar a função social da escola e as condições reais, materiais e estruturais do processo educacional.

O tema foi organizado em eixos temáticos consolidando esse texto referência. A cada eixo, somam-se textos introdutórios e questões que, juntos, orientam os debates nas Conferências Regionais que culminarão na construção coletiva da IX Conferência Estadual de Educação do Sind-UTE/MG.

Os eixos propostos se entrelaçam a partir de uma visão integradora que coloca a educação humanizadora no centro de todos os debates. São eles:

Eixo I – As Políticas Educacionais no Brasil e Minas Gerais (2017 – 2025) e a Implementação do Projeto de Escola-Empresa na Rede Estadual;

Eixo II – Financiamento da Educação Pública – FUNDEB em Disputa;

Eixo III – Valorização, Formação e Condições de Trabalho;

Eixo IV – Organização Curricular na Educação Básica em Minas Gerais – Sujeitos, Escolhas e Interesses;

Eixo V – A Escola e a Promoção dos Direitos Humanos, da Igualdade e do Respeito à Diversidade.

Apresentação

Os cinco eixos se conectam por meio de uma lógica comum: criar um ambiente educacional que não só resolva questões estruturais e administrativas, mas que também fomente uma educação transformadora e socialmente responsável. Essa integração busca que as mudanças em

políticas, financiamento, condições de trabalho, organização curricular e promoção dos direitos humanos se reforcem mutuamente, direcionando esforços para uma escola que verdadeiramente humaniza as relações e contribui para a formação integral dos cidadãos.





Eixo I – Políticas Educacionais no Brasil e Minas Gerais (2017 – 2025) e a Implementação do Projeto de Escola-Empresa na Rede Estadual

Durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), vivenciamos um período de severos retrocessos na educação. Nesse intervalo, reformulou-se o Ensino Médio, homologou-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e proliferaram as escolas cívico-militares; ao mesmo tempo, intensificaram-se os ataques à gestão democrática e avultou o empresariamento do ensino.

Nesse contexto, plataformas digitais padronizadas e propostas de “currícu-

lo flexível” – pautadas em competências mensuráveis – diluíram o caráter democrático do aprendizado. Ao mesmo tempo, práticas como o homeschooling e soluções EdTech foram vendidas sob o rótulo de “inovação” e “eficiência de mercado”. A pandemia de COVID-19 escancarou o abismo digital: o ensino remoto, longe de democratizar o acesso, aprofundou as fraturas sociais. Plataformas online proliferaram sem regulamentação nem diálogo com as comunidades, e a “continuidade

pedagógica” serviu de pretexto para selar parcerias comerciais em vez de políticas públicas inclusivas.

Em Minas Gerais, esse cenário ganha contornos particulares a partir de 2019, com a eleição de Romeu Zema (NOVO). Sob seu governo, acompanhamos – com preocupação e resistência – a escalada de um modelo empresarial autoritário na rede estadual. Embora a privatização da escola pública não seja novidade (nos anos 1990, durante o governo Azeredo, o estado já serviu de laboratório neoliberal do Banco Mundial), Zema reinventou e radicalizou o processo, adotando uma linha neoliberal autoritária que ataca permanentemente o caráter público da educação. Essa “escola-empresa” ignora o contexto social, a diversidade cultural e o saber científico acumulado, organizando o currículo conforme o peso em avaliações externas e relegando disciplinas críticas e humanísticas a itinerários optativos. Como resultado, turmas em “áreas de menor demanda” foram reduzidas, escolas de difícil acesso foram fechadas e os espaços colegiados de gestão democrática foram restringidos.

No plano nacional, desde 2023, a nova gestão federal busca recompor o papel do Estado como provedor e democratizador do ensino. A organização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) no primeiro ano do governo Lula apontou para a retomada de um projeto educacional nacional centrado no direito à educação e na superação das desigualdades. O texto do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2024–2034), em debate no Congres-

so, enfatiza: a) o combate às desigualdades regionais e de classe; b) a ampliação de recursos públicos e o enfrentamento do empresariamento educacional; c) o respeito à diversidade juvenil, com estudantes reconhecidos como sujeitos de direitos; d) a garantia de acesso, permanência e êxito em todas as etapas; e) formação, carreira e condições de trabalho dignas para os profissionais da educação; f) gestão democrática, com autonomia de gestores e docentes conforme realidades locais – urbanas, do campo, quilombolas, indígenas ou ribeirinhas; g) crítica ao meritocratism de avaliações padronizadas e aos modelos militarizados, plataforma-dependentes e de ensino a distância; h) inclusão e diálogo com as atuais condições de desenvolvimento científico e socioambiental.

Em Minas Gerais, as medidas privatizantes de Zema – agora reforçadas por sua reeleição – agravaram desigualdades históricas. A SEE/MG submete a educação às leis do mercado, abrindo espaço para Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas, e renuncia à formação humanística, crítica e democrática. Assim, a escola deixa de ser direito público de Estado e torna-se mercadoria, em prejuízo ao projeto coletivo de nação, pautado nos interesses da classe trabalhadora.

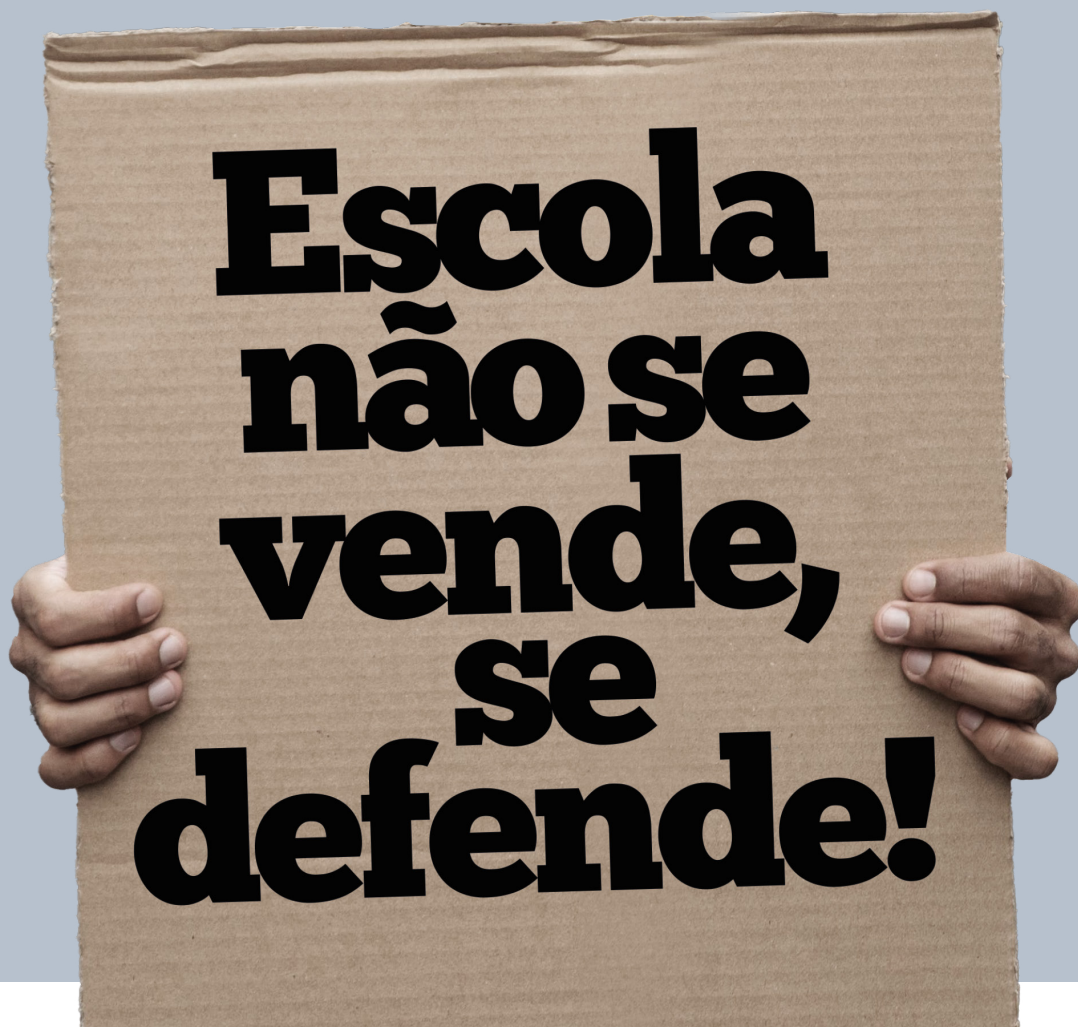
Recusar a lógica de mercado imposta pela SEE/MG significa manter viva a rede de solidariedade que sustenta a escola pública. É imperativo lutar por uma gestão direta do Estado na educação, com orçamento suficiente, transparência na aplicação dos recursos e autonomia pe-

dagógica real, focada na aprendizagem e no bem-estar de estudantes e professores. Rechaçar a ofensiva empresarial não é romantismo: é resistência política e compromisso com uma sociedade democrática e inclusiva.

Nesse sentido, é necessário reafirmar o óbvio em tempos de repressão, perseguição, de autoritarismo e sobretudo frente ao cinismo daqueles que pretendem uma educação opressora e não libertadora. É preciso reafirmar que não abrimos mão da gestão democrática, do conhecimento historicamente produzido, do contexto social dos sujeitos da escola, dos direitos humanos, da diversidade, da pluralidade e da liberdade de pensamento, e tampouco do respeito aos(às) profissionais da educação com condições de trabalho dignas e saudáveis. Frente ao cinismo, autoritarismo e violência é necessário reafirmar o óbvio: escola não é empresa!

Esse eixo de debate propõe uma análise crítica sobre como as lógicas privatistas e mercantis vêm se impondo na gestão, no currículo e nas relações de trabalho da escola pública em Minas Gerais, comprometendo sua função social. Para orientar essa reflexão, apresentamos as seguintes questões orientadoras:

- 1. De que modo as Parcerias Público-Privadas e Organizações Sociais influenciam o acesso, a permanência e a qualidade do ensino?**
- 2. Como articular coletivamente a resistência ao modelo “escola-empresa” e promover a solidariedade na rede pública?**
- 3. De que forma podemos assegurar uma educação pública humanizadora, que valorize a diversidade cultural, o saber científico e o desenvolvimento socioambiental?**



Eixo II - Financiamento da Educação Pública - FUNDEB em Disputa

“O direito à educação, por ser mais do que um direito individual, ou seja, social, não pode subsistir sem um adequado financiamento. Se os direitos civis e políticos têm um custo, os direitos sociais com maior razão.”

Carlos Roberto Jamil Cury

A construção de uma educação de qualidade passa, sobretudo, pela valorização da carreira dos(as) profissionais da educação (valorização salarial, plano de carreira, formação inicial e continuada, condições de trabalho e de saúde), financiamento público, gestão da educação pública e estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para nossas escolas públicas de Educação Básica. O que se observa no financiamento da educação é que cada vez mais o incremento de recursos deve ser justificado pelos princípios que regem a garantia do cumprimento do direito à educação pública e de qualidade para todos e todas. Assim, desde o processo constituinte de 1988, lutamos pela garantia de que a base de recursos da educação seja destinada exclusivamente para a escola pública.

De 2004 a 2016 vivíamos um cenário de disputa pela ampliação do financiamento e o controle social dos recursos da educação, em que se garantiu, nos termos da lei, pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), o investimento educacional

de 10% do PIB, que advinham, principalmente, da exploração exclusiva do pré-sal pela Petrobras. Nossa luta pela democratização do debate educacional, promovido especialmente pelas CONAEs, sempre foi pela defesa dos investimentos públicos destinados exclusivamente à educação pública.

O arcabouço neoliberal forjado no pós-golpe de 2016, tendo a aprovação da Emenda Constitucional 95 como pilar do teto de gastos sociais na esfera federal, tem sido reiteradamente reforçado pelo governo Bolsonaro, que aprovou em 2019 a reforma da Previdência (EC 103) e, em 2021, um novo gatilho para o teto de gastos (EC 109), promovendo um arrocho ainda mais severo nas remunerações dos(as) servidores(as) públicos nas três esferas.

Em meio aos graves retrocessos no financiamento da educação, a aprovação do Fundeb permanente, através da EC 108 e a aprovação da lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, consolidam, respectivamente

te, o Fundo da Educação Básica no corpo permanente da Constituição, o que representou importante vitória das forças populares sobre o neoliberalismo que tomou de assalto o Estado brasileiro.

Além de manter a vinculação constitucional para a educação – direito que juntamente com a vinculação para a saúde é sistematicamente ameaçado pelas reformas neoliberais –, o novo Fundeb aumentou a complementação da União de 10% para no mínimo 23%, criou novo mecanismo de redistribuição direta aos municípios (e estados) à luz do total de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (critério de distribuição VAAT - Valor Aluno Ano Total - que opera sobre os 25% da receita resultante de impostos para a educação, sobre os recursos da cota salário-educação, dentre outras fontes de financiamento, instituiu o Custo Aluno Qualidade, que será regulamentado na Lei do Sistema Nacional de Educação, já em debate no Congresso Nacional (PLP 25/19 na Câmara dos Deputados e PLC 235 no Senado Federal), incorporou os(as) profissionais da educação na subvinculação para salários, a qual passou de 60% para 70% no mínimo, entre outras questões.

A atualização da regulamentação do Fundeb, através da Lei 14.276, gerou prejuízos ao formato original do Fundo permanente, especialmente ao incorporar todos os(as) trabalhadores(as) das redes de ensino na subvinculação salarial (70%), inclusive os(as) que não são profissionais da educação (além de manter psicólogos e assistentes sociais nos 30%), e ao admitir a transferência de recursos financeiros

para as instituições de ensino do “Sistema S”. A CNTE ingressou com ações na justiça para reverter essas anomalias.

Em Minas Gerais, o governo do estado, através da Secretaria de Fazenda, tem apresentado, ano a ano, uma estimativa de renúncia de receita bem inferior ao que de fato se consolida, ou seja, o Estado deixa de arrecadar mais recursos que o previsto. E essas renúncias impactam negativamente no financiamento da educação.

Em 2024 o montante total de benefícios fiscais concedidos pelo Governo de Minas chegou ao patamar de R\$22,1 bilhões, totalizando nos seis anos de governo R\$88,3 bilhões. Ao conceder benefícios fiscais o Governo de Minas deixou de arrecadar recursos que poderiam ser investidos na educação, por exemplo, ao todo foram mais de R\$ 17,6 bilhões de recursos que não foram destinados ao Fundeb e R\$ 4,4 bilhões que deveriam ser investidos na manutenção e desenvolvimento do ensino, totalizando um valor total de R\$ 22,0 bilhões que foram destinados ao setor privado ao invés de serem investidos na educação mineira.. Essa é uma escolha política de um governo alinhado ao setor privado. A escolha é pelos mais ricos do estado, retirando a cada ano recursos da maioria da população e das principais políticas públicas como educação, saúde, assistência, segurança, etc.

Além dos benefícios fiscais concedidos ao setor privado, nos anos de 2019 e 2020, conforme apurado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Governo Zema investiu abaixo do mínimo

constitucional, resultando em uma dívida de R\$5,0 bilhões com a educação mineira.

Este eixo convida os participantes a refletirem sobre como práticas de transparência e responsabilidade no uso dos recursos podem ser estabelecidas para garantir a integralidade dos investimentos previstos. As discussões devem girar em torno de alternativas para ampliar o repasse dos recursos e assegurar que a infraestrutura escolar e as condições de trabalho sejam aprimoradas, contribuindo para a formação de ambientes propícios à aprendizagem. Dessa forma, a luta pelo FUNDEB torna-se, não apenas um pleito financeiro, mas uma exigência de justiça social que visa transformar a escola pública em um espaço de Relação e de cidadania, onde

cada aluno recebe as condições necessárias para se desenvolver de forma plena.

Apresentamos como propostas de questões orientadoras:

- 1. Quais mecanismos de transparência e controle social podem ser instituídos para acompanhar a aplicação dos recursos e coibir desvios?**
- 2. Quais estratégias de valorização dos profissionais da educação – planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho dignas – são mais urgentes?**
- 3. De que modo mobilizar a sociedade civil para fortalecer a execução plena do FUNDEB como instrumento de justiça social?**



EDUCAÇÃO NÃO É
GASTO
É INVESTIMENTO!



Eixo III – Valorização, Formação e Condições de Trabalho

Ao longo de sua história, o Sind-UTE/ MG faz a defesa dos(as) trabalhadores(as) da educação com base no tripé: carreira, salário, formação. As lutas por esses direitos se pautam nos princípios de uma educação humanizadora, em contraposição a uma educação para o mercado que torna os(as) educadores(as) meros(as) geradores(as) de lucros. Soma-se a esses direitos a defesa da Gestão Democrática da Educação, que consolida o seu caráter público e democrático e propicia a inserção dos(as) profissionais da educação nos processos de participação e definição de políticas, permitindo que todos(as) se apropriem, com qualidade, de seu próprio trabalho.

A valorização que defendemos significa estabelecer, coletivamente, políticas de formação inicial e continuada, carreira justa e atraente, salários dignos, condições de trabalho, participação efetiva na gestão da escola e na definição das políticas educacionais mais amplas.

Entretanto, estamos num contexto difícil, enfrentando adversidades extremamente complexas para a execução desses objetivos. O avanço de das políticas neoliberais com a imposição de medidas que defendem um Estado que deve ser “mínimo” para dar lugar a interesses privados, têm prejudicado seriamente os serviços públicos, além do aumento das taxas de adoecimento mental, em função do excesso da responsabilização individual, embaladas na ideologia do empreendedorismo e da meritocracia.

A educação tem sido fortemente impactada por estas ideias. Primeiro, porque é tratada como um serviço, logo, pode ser comprada e vendida pelo mercado para o enriquecimento de setores privados. Em segundo lugar, ela é campo fértil para a disseminação desta mentalidade meritocrática, onde se reforçam ideias individualistas e competitivas, de sucesso para os(as) “melhores”. Em Minas Gerais, essas políticas educacionais se concretizam

acarretando perdas imensuráveis para a categoria e para os(as) estudantes, enquanto nos distanciam de uma educação humanizadora e libertadora.

A política salarial do governo de Romeu Zema ilustra esse processo de deterioração das carreiras e desvalorização profissional: o salário inicial dos professores representa apenas 57% do piso nacional, e o magistério perdeu quase 30% de poder de compra em quatro anos. Esse descompasso não é problema apenas financeiro: ele mina a motivação, reduz a inovação em sala de aula e aprofunda a sensação de desvalorização.

Para reverter essa lógica e resgatar o papel social da escola —“formar cidadãos(ãs) conscientes e capacitados para transformar a sociedade” (Parecer CNE/CEB 018/2012, p. 8)—é imprescindível humanizar o trabalho educativo. Isso significa reconhecer plenamente as necessidades profissionais e cidadãos dos servidores.

A educação tem sua especificidade: tornar as pessoas cada vez mais humanas. E é nesta perspectiva que o trabalho educativo executado por professores(as) e funcionários(as) deve ser compreendido e valorizado. Estabelecer uma relação de respeito com as necessidades profissionais e cidadãos dos(as) servidores(as) públicos e, sempre tendo como perspectiva a melhoria da qualidade do ensino, é o que pretendemos com a valorização profissional.

Nossas defesas são pelo Piso Salarial Profissional, a Carreira, condições de Trabalho e Formação Continuada, além de

condições de saúde e segurança que entendemos ser determinantes na consistência da qualidade da educação pública. Esta compreensão tem calcado nossa interlocução com a sociedade e com o governo e possibilita a construção de princípios que se constituem como pilares da valorização profissional de todas as carreiras da Educação Básica.

Nesse eixo, os debates devem partir da premissa de que a qualidade social da educação depende, em grande medida, do reconhecimento e da valorização dos profissionais da educação. Nesse sentido, propomos as seguintes questões orientadoras:

- 1. Como podemos resgatar a função social da escola enquanto espaço de formação cidadã e emancipação, em contraposição à visão da educação meramente como serviço de mercado?**
- 2. Quais estratégias podemos adotar para desconstruir a lógica meritocrática e fortalecer práticas colaborativas e solidárias nas escolas?**
- 3. Quais mecanismos adotar para proteger horas-atividade no que elas representam de conquista para os(as) professores(as)?**
- 4. Como assegurar a manutenção e modernização das unidades escolares, utilizando inclusive recursos de precatórios do FUNDEF e do fundo do município?**
- 5. Que estratégias de apoio psicossocial e de redução de carga excessiva são necessárias para prevenir adoecimentos e assegurar a qualidade de vida aos profissionais da Educação?**



Foto: Lina Pinho

Eixo IV – Organização Curricular: Pluralidade, Inclusão e o Papel dos Sujeitos

*“A educação é um processo social, é desenvolvimento.
Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.*

John Dewey

O currículo escolar vai além de uma simples lista de conteúdos: é o território onde se travam disputas culturais, políticas e pedagógicas que moldam os sujeitos do conhecimento. Nesse espaço convivem famílias, estudantes, profissionais da educação e moradores do entorno, estabelecendo redes de saberes, resistências e lutas. É nessa pluralidade de vozes e experiências – de crianças a idosos, vindos das

mais diversas origens – que se constrói o caráter dinâmico e inclusivo da escola. No caso dos(as) estudantes, em sua grande maioria, são oriundos(as) das classes populares, filhas e filhos das trabalhadoras e trabalhadores, urbanas e rurais. São de diferentes gêneros, raças e etnias e refletem aspectos diversos da cultura. Neste sentido, para entendê-los(as) – os(as) estudantes – é necessário superar uma noção ho-

mogeneizante e naturalizada, passando a percebê-los(as) como sujeitos de valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares.

Como nos ensinam o professor Miguel Arroyo e outros autores, o currículo é um “território em disputa”, uma vez que ali se concentram as práticas, os comportamentos, os valores, os conteúdos, enfim, toda a vida escolar.

Nesse contexto de enfrentamentos, o currículo passa a ser disputado como um instrumento fundamental para a efetivação do modelo neoliberal. No caso da política educacional de Minas Gerais, a proposta final é conformar o sujeito a partir de uma nova racionalidade. A centralidade da formação é difundir a ideia do empreendedorismo como a saída para o futuro daqueles e daquelas que buscam, ou muito em breve buscarão, a sua sobrevivência, num contexto de desigualdades e desemprego estrutural. Essa concepção atua em detrimento da formação integral do sujeito, cuja base é o acesso ao conhecimento histórico e socialmente produzido.

Nesta lógica, algumas disciplinas são substituídas por componentes curriculares desvinculados de fundamentação teórico-metodológica, para atender às competências exigidas pelo mercado. Desta forma, disciplinas como Arte, Filosofia e Sociologia são preteridas frente a Pensamento Computacional, Educação Financeira e Projeto de Vida.

No sentido de contraposição a essa racionalidade mercantil na educação básica, lutamos:

- a. Pela valorização das disciplinas humanísticas na organização curricular do Ensino Médio, em virtude de se constituírem em instrumentos fundamentais para o autoconhecimento e leitura do contexto social;
- b. Pela garantia de que o trabalho, entendido como produção da existência humana e enquanto princípio da organização da ação pedagógica, deve orientar a concepção na qual se fundamentam os conteúdos, os métodos de ensino e as avaliações, superando a fragmentação da formação técnica e acadêmica hoje ainda presente, tanto na organização curricular, como nas formas de oferta do Ensino Médio e profissional;
- c. Por currículos e propostas pedagógicas com unicidade entre as dimensões científico- tecnológico-cultural, a partir da compreensão do trabalho em seu sentido ontológico.

Organizar o currículo sob o viés da pluralidade e da inclusão é um ato político e pedagógico que resgata a função social da escola: formar sujeitos críticos, autônomos e capazes de transformar a realidade. Ao colocar cada participante da comunidade escolar como coprotagonista desse processo, garantimos não só o direito ao aprendizado, mas também o direito de ser ouvido e de incidir nas decisões que moldam seu próprio percurso formativo.

Por meio dessa perspectiva, o currículo deixa de ser um catálogo de “habilidades para o mercado” e torna-se, sim, um projeto coletivo de emancipação. É o lugar onde a diversidade de saberes — do popular, do

indígena, das tradições afro-brasileiras e da juventude urbana — dialoga com as ciências, as artes e as tecnologias, sem hierarquias.

No entanto, essa organização curricular democrática esbarra em barreiras centrais:

- Segmentação pelo Novo Ensino Médio – ao antecipar escolhas de itinerário, pressiona jovens para decisões profissionais prematuras, fragiliza o vínculo escolar e compromete a conclusão plena da Educação Básica.
- Redução ao utilitarismo de mercado – a ênfase em “competências imediatistas” substitui o conhecimento histórico-crítico e desvaloriza disciplinas humanísticas, comprometendo a formação integral do sujeito.

Propomos as seguintes questões orientadoras para as Conferências Regionais de Educação do Sind-UTE/MG:

- 1. Como criar e assegurar espaços e horários protegidos para que todos os segmentos da comunidade escolar participem ativamente da elaboração e revisão curricular?**
- 2. De que forma podemos articular saberes acadêmicos e saberes populares, indígenas e afro-brasileiros, de modo a enriquecer o projeto pedagógico local?**
- 3. De que modo podemos impedir a captura do currículo por interesses mercadistas e assegurar que ele permaneça um instrumento de emancipação cultural e social?**

Currículo que valoriza a diversidade, inclui todos e dá voz aos sujeitos.



Eixo V – Escola como Espaço de Direitos Humanos, Igualdade e Respeito à Diversidade

“Ser mulher não significa que a gente consiga compreender o que é o machismo, e ser negro também não em relação ao racismo. A educação é o caminho para começarmos a despertar.”

Djamila Ribeiro

Ao completar 46 anos de luta e resistência, o Sind-UTE/MG chega à 9ª Conferência de Educação reafirmando a convicção de que a escola pública é força emancipadora quando livre de toda forma de violência e preconceito. Da promulgação da LDB 9.394/96 em diante, o princípio do respeito à liberdade e o apreço à tolerância foram inscritos como funda-

mentos da educação brasileira. É, portanto, missão de cada educador e educadora transformar esses princípios em práticas cotidianas que garantam acesso, permanência e conclusão de todos os estudantes, sem exceções.

A diversidade que pulsa em cada sala de aula — de gênero, raça, etnia, orientação sexual, condição socioeconômica e

religiosa — não deve ser apenas admitida: precisa ser celebrada e integrada ao projeto pedagógico. Reconhecer a pluralidade de saberes e trajetórias exige políticas públicas que atravessam as diretrizes curriculares, o conteúdo dos livros didáticos e as metodologias adotadas em sala. Só assim será possível combater as desigualdades estruturais geradas pelo sexismo, pelo racismo, pela LGBTIfobia e por outras formas de exclusão.

O período recente agravou nossos desafios. A partir de 2016, e especialmente com o governo Bolsonaro (2019–2022), assistimos ao desmonte de programas voltados a mulheres, populações negra e indígena, LGBTI+ e demais grupos vulnerabilizados. A retórica autoritária fortaleceu ideais de ódio, legitimou a violência e instituiu tentativas de militarização das escolas.

Em Minas Gerais, o alinhamento do governo estadual com essa agenda neoliberal intensificou a mercantilização da educação. Cortes orçamentários, terceirizações e projetos de militarização fragilizaram iniciativas de promoção da diversidade e de garantia de direitos. É nesse cenário de retrocessos que propomos nosso debate, conscientes de que resistir hoje significa traçar estratégias coletivas para reaproximar a escola de sua função social e humanizadora.

Neste eixo, o debate deve girar em torno da implementação efetiva de políticas e práticas pedagógico-institucionais que assegurem a vivência diária dos direitos humanos na escola, transformando processos de ensino-aprendizagem, espaços de convivência e instâncias de gestão em verdadeiros instrumentos de promoção da igualdade, do respeito à diferença e do combate a todas as formas de violência e discriminação.

Propomos como questões orientadoras deste debate:

- 1. Quais mecanismos pedagógicos garantem que os conteúdos curriculares reflitam e valorizem a experiência de diferentes etnias, gêneros, orientações sexuais e realidades socioeconômicas?**
- 2. De que forma podemos monitorar, registrar e intervir precocemente em casos de bullying, racismo, LGBTIfobia e outras violências, assegurando protocolos de denúncia, acolhimento e responsabilização?**
- 3. Que modelo de formação continuada e apoio técnico é necessário para capacitar toda a comunidade escolar na promoção de ambientes livres de machismo, racismo e LGBTIfobia?**